
15. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESFERA DE MOBILIZAÇÃO DE SABERES E LEGITIMAÇÃO PROFISSIONAL

Renata Silva Campos Rabelo¹

Apresentação

A partir dos estudos da sociologia da profissão, analisou-se uma instituição, na qual se fazem presentes diversos profissionais, imbuídos na mesma causa, ou seja, a causa da Assistência Social. Assim, o Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju-Se, constitui-se em um locus de legitimação de determinados grupos profissionais, sendo possível verificar quais saberes são mobilizados, e quais profissionais se legitimam nesta causa. Assim, entender os processos que envolvem a inserção dos atores nessa causa, verificando os fenômenos sociais alicerçados, a análise da carreira dos atores e focando em como o uso do saber acadêmico e militante é acionado no Conselho.

Para tal pesquisa delimitou-se o período da gestão de julho de 2010 a julho de 2012, com foco nos conselheiros das Entidades da Sociedade Civil, por esses não serem meramente indicados, e ademais são considerados *a priori* destituídos de conhecimento sobre a política da Assistência Social. Para realização da pesquisa, foram realizadas quatorze entrevistas, análise de atas e observação das reuniões. Os dados aqui discutidos no artigo fazem parte da Dissertação de Mestrado defendida em agosto de 2013.

No tocante ao aporte da sociologia da profissão, cuja teoria conduzira as reflexões sobre esse artigo, cabe destacar uma breve síntese sobre esse ramo da sociologia. Conforme Freidson (2001) a sociologia das profissões destaca-se na década de 1960 e consolida-se criticamente na década de 1980. Nesse sentido, muitos foram os estudos para entender a temática da profissão, sendo apontada de forma breve por sociólogos como Spencer (1914), e Parsons (1968).

Em Flexner (1915) buscou-se uma análise de como as profissões deveriam se definir, quais ocupações deveriam ser chamadas profissão e segundo quais critérios institucionais seriam apontadas. (FREIDSON, 2001). Demaziére e Gadéa (2009) insistem que

¹ Mestra pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). renatascrabelo@gmail.com.

no estudo de uma profissão, o que importa é o processo de divisão do trabalho, por isso não deve-se isolar os profissionais estudados dos contextos profissionais em que trabalham.

Nesse sentido cabe destacar as ideias centrais na sociologia das profissões. A primeira é voltada para compreender as características dos grupos profissionais, a estrutura, as formas de organização e as funções sociais, sendo o profissional dotado do “ideal de servir, na terminologia da W.J.Goode”. (CHAPOULIE, 1973, p.97). É uma “Mediação entre as necessidades individuais e requisitos funcionais, as profissões contribuem para a regulação e controle, que permite o bom funcionamento da sociedade”. (CHAPOULIE, 1973, p.92). A segunda busca entender o desenvolvimento da profissionalização, no sentido de como se modificam as ocupações, a compreensão dos grupos profissionais, no entendimento dos processos desses grupos a partir das relações estabelecidas, das interações, do contexto, das redes de relações e da análise de suas carreiras.

Outros estudos apontaram para o entendimento da profissão atrelada a cada país, em virtude da construção histórica, da legislação, da necessidade do Estado e do Status presente em cada profissão. Todavia “durante anos, os pesquisadores não chegaram a um acordo sobre os critérios para a identificação de uma profissão”. (BECKER, 2009, p.10). Acreditava-se que os profissionais equiparavam-se a um “tipo de trabalho organizado, tais como médicos e advogados. Se ele se parece com medicina ou direito, então é uma profissão”².

Contudo outros estudos apontam que profissional não é só aquele que tem diploma, mas sim um conhecimento, adquirido que garante sua subsistência, ou seja, esse conhecimento passa a ser sua profissão. Ainda conforme Barbosa (1993), os profissionais não serão diferenciados pelo conteúdo de seu saber, mas pela correlação de forças vigentes a definir a possibilidade de cada uma delas.

Nesse sentido de acordo com a análise de Lochard e Cusset (2003), não há saber automático, esse saber é adquirido através da circulação em vários mundos. Portanto a partir da inserção em um conselho, este passa a ser mais uma instância de legitimação profissional, de saber, no qual os conselheiros aprendem mais sobre a política de Assistência Social, aprimoraram seus conhecimentos, e ademais, fazem uso de seu saber no desenvolvimento das atividades no conselho. Dessa forma, para Simeánt (2001) fazem uso do saber profissional na militância e do saber militante na profissão, e ainda há que se notar uma associação de engajamento político e profissional, conforme aponta os estudos de Willemez (2003).

² Idem 2009, p.10

Assim a pesquisa no Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju-Se (CMAS), parte do princípio de compreender uma instituição em defesa da causa da Assistência Social, cujo diploma e militância têm um peso importante, como saberes análogos, um conhecimento especializado. Como também o pertencimento a determinada profissão, nesse sentido a de Serviço Social. Portanto é essencial compreender a história social do Conselho, o cotidiano deste, e a biografia de seus atores, a partir da análise de carreiras destes.

1. A causa da Assistência Social: da ajuda a efetivação em Política pública.

A construção de uma causa emerge a partir de um contexto necessário para tal, situações de conflitos, desigualdades, opressão, ou seja, um processo histórico, no entendimento que “os fenômenos sociais têm a natureza de um processo - eles estão sujeitos a constantes mudanças” (HUGUES apud CHAPOULIE, 1997 p, 102) Assim sendo, buscar-se-á destacar a evolução da causa da Assistência Social, da passagem desta de ajuda, caridade, para a consolidação em política pública, com foco na inserção do controle social, a partir da inserção dos conselhos e especificamente do Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju. Sendo o conselho um espaço no qual se inserem profissionais a frente da causa da assistência social, atuando na definição da Política de Assistência do Município. Dessa forma para entender o funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social enquanto um espaço de participação e legitimação profissional é preciso adentrar na história social da causa da Assistência Social.

Assim a assistência em sua gênese emerge a partir do que muitos autores denominam “questão social”. (IANNI, 1991, NETTO, 2007, IAMAMOTO, 2003). Essa questão social, já existente no regime de trabalho escravo (IANNI, 1991), é acentuada no Brasil na primeira República 1889-1930 com a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, colocando populações em situação de desemprego e miserabilidade. E essa população por sua vez passa a necessitar da assistência para sobreviver. Nesse contexto as classes mais abastadas, damas da sociedade, religiosos, passam a atuar em prol desses grupos, com ações de assistência, filantropia, benemerência, enfim da ajuda.

Cabe destacar segundo Mestriner (2011) a assistência, benemerência e filantropia, a priori da seguinte forma: a assistência seria designada por ser um auxílio, um socorro a quem precisar; filantropia a preocupação de praticar o bem, o amor pela humanidade; e a benemerência ações tanto da nobreza no sentido de esmolas, do atendimento as necessidades

diárias, quanto ações da igreja, na distribuição de alimentos, na prestação de serviços institucionalizado aos órfãos, aos idosos. Apesar das definições, todas convergem para alegar que as ações atuam em prol daqueles mais pobres, aquém da tutela do Estado.

Destaca-se que com a revolução de 1930, e término da República Velha, Getúlio Vargas assume o Governo provisório e é eleito em 1934, e assim o Estado passa a realizar ações para conter a revolta da população na miserabilidade. Cria em 1931, em parceria com a igreja católica, a Caixa de Subvenções, conforme em Mestriner (2011), destinada a favorecer instituições de caridades e órgãos educacionais da sociedade civil. E ainda destacam-se leis benéficas para os trabalhadores. A criação na década de 1940 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e do chamado sistema S (Sesc, Sesi, Senai, Senac), serviços sociais autônomos, voltadas para o bem estar da comunidade e algumas categorias profissionais.

Dentre as instituições criadas na década de 1940, destaca-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada em 1942, dirigida pela primeira dama Darcy Vargas. Do atendimento a pracinhas advindos da guerra, constitui-se na principal antecedente da organização da Assistência Social, com vários projetos sociais, atuando em várias áreas da assistência, tendo sua representação em vinte e seis estados da Federação e mis o Distrito Federa, tendo à frente desta política as primeiras damas. A LBA ficou marcada pelo desenvolvimento do voluntariado.

Outra instituição a ser destacada nesse período é a Fundação Leão XIII, localizada no estado do Rio de Janeiro, constitui-se em uma instituição assistencial, amparada pela igreja Católica e pelo Estado, voltada ao atendimento de moradores da favela. Moradores estes destituídos da categoria de cidadãos, uma vez que o Estado reconhecia como cidadão somente aqueles possuidores de carteira de trabalho, ou seja, uma cidadania regulada. (SANTOS, 1994).

Em consonância com a atenção voltada para a assistência, o Estado juntamente com a igreja católica, busca qualificar, especializar a mão de obra leiga que atuava nesses serviços. Conforme Iamamoto (1985) a profissão de serviço social surge na “Era Vargas” a partir da especialização de “moças da sociedade” ligadas às ações da Ação Social Católica, de grupos advindos da Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), e também de grupos tais como o JOC (Juventude Operária Católica); JUC (Juventude Universitária Católica); JEC (Juventude Estudantil Católica); JIC (Juventude Ind. Católica); JFC (Juventude Feminina Católica).

Por conseguinte a primeira instituição a especializar as jovens católicas é o CEAS (Centro de Estudos e Ação Social), em 1932. E a partir do desenvolvimento do CEAS, em 1935 surge o Departamento de Assistência Social do Estado, e em 1936, a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo e depois em 1937 no Rio de Janeiro. Nesse sentido a profissão de Serviço Social iniciou-se voltada para legitimar as ações do Estado e da Igreja, e para exercer controle da classe trabalhadora, e por esse motivo que o Serviço Social se consolidou como uma categoria institucionalizada e assalariada, legitimada no interior da divisão sócio-técnica do trabalho inserido nas instituições, fazendo o papel de mediador. No que Becker (2009) destaca a vantagem quando uma atividade que dá acesso ao rótulo de "profissão". Com o Serviço Social, há uma mudança da assistência enquanto benemerência, contudo ainda não se atinge o status de política social pública.

Por influência do ensino de Serviço Social, as atividades de assistência são negadas como benemerência e passam a absorver as técnicas e métodos da teoria do Serviço Social, carregando-se de cientificismo e sofisticação. Revestem-se de maior racionalidade, sendo assumidas por instituições de maior porte. No entanto, não se libertam do caráter adjutório, já que, negadas no âmbito de efetivas políticas sociais estatais, constituem-se apenas práticas sociais, mesmo contando com a orientação do Estado, que busca apoio e assessoria nas faculdades especializadas (Mestriner, 2011, p.148).

Cabe destacar nesse governo, além da especialização dos trabalhadores da assistência, o surgimento do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), de 1938. O CNSS consistiu em um conselho de cunho consultivo do governo, das entidades privadas e voltados para o estudo das dificuldades do curso de Serviço Social. Segundo Raichelis (2011) era caracterizado por práticas clientelistas, apadrinhamento referente à concessão de registros, aos certificados de utilidade pública, isenções fiscais e subvenções às entidades prestadoras de serviços assistenciais. Este conselho difere-se do presente na Constituição de 1988, uma vez que este era apenas consultivo, destituindo do papel de controle social, exercido pela sociedade civil.

Em referência as profissões, neste caso a de Serviço Social, sinaliza-se de acordo com Talcott Parsons, apud, Freidson (1998, p.53) que estas “constituem um elemento central do desenvolvimento das sociedades contemporâneas” o que não difere do surgimento da profissão de Assistente Social. Ao tratar do histórico da Assistência Social, não há como não abordar acerca da profissão de Serviço Social, pois essa profissão surge no Brasil, a partir da especialização da Assistência Social. E ao entender esse histórico, fica mais fácil compreender a legitimação de algumas profissões atualmente dentro do espaço do Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju.

Porquanto nos governos sucessivos, de Juscelino Kubitschek (1955), Jânio Quadros e João Goulart (1960), não houve avanços expressivos na área da assistência. Com Juscelino o investimento voltou-se mais para a área industrial. No período de Jânio Quadros e João Goulart, tentou-se ver a “questão social” como caso de política social, buscando uma política mais progressista, dando voz aos movimentos sociais. Evidenciando-se a oficialização do curso superior de Serviço Social no país em 1953, e, em 1962, a regulamentação da profissão. Porém os pensamentos de mudança foram interrompidos com o Golpe Militar de 1964.

Durante o período da Ditadura Militar ocorreu ainda mais o empobrecimento de boa parte da população, em virtude do aumento da concentração de renda e da desigualdade social. Nesse período foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento que a partir deste o Conselho de Desenvolvimento Social, o Ministério da Previdência e Assistência – MPAS. Todos subordinados a Previdência da República e destinados a realizar programas sociais contra a pobreza.

Depois de vinte e um anos de ditadura militar, a sociedade descontente passa a lutar por uma abertura política. Essa abertura por sua vez, é realizada através da pressão de organizações sociais (dentre estes sindicatos, profissionais liberais, movimentos sociais etc.), que já vinham se organizando a um bom tempo. Através dessa luta, ocorre o processo de redemocratização, que culmina na constituição federal de 1988. E é com a Constituição Federal de 1988, que a assistência social passa a ser uma política social pública, inserida na seguridade social, conforme o art. 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (Constituição Federal de 1988)

Com o reconhecimento da Assistência Social enquanto política, sucessivamente a profissão de Serviço Social é regulamentada em 1993. No ano seguinte a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é sancionada, pelo presidente Itamar Franco, após impeachment de Fernando Collor, efetivando de fato a Política de Assistência Social. A LOAS dispõe que as ações da Política de Assistência Social se darão mediante um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A partir da Lei orgânica, em meio a pressões, que no dia 04 de fevereiro de 1994, após seis anos de Constituição Federal, é criado e efetivado o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em substituição ao Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), e mais tarde resulta nos conselhos municipais. Uma vez a Assistência ter passado da condição

de ajuda, para política pública, buscar-se-á contextualizar esta a partir dessas mudanças até a contemporaneidade, para depois focar no Conselho Municipal de Aracaju-Se.

Dessa forma, em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, extingue-se a LBA no primeiro dia de seu mandato, em virtude de denúncias de desvios de verba pela então primeira dama Roseane Collor. Com o fim da LBA cria o programa Comunidade Solidária, em 1995, presidido pela primeira Dama Ruth Cardoso, destinado às ações da política social. Com ampla participação do voluntariado, de ONGs e Entidades Filantrópicas nas suas ações. (SUPLICY E NETO, 1995). Assim, a efetiva participação da sociedade civil, com estímulo ao voluntariado, para cada cidadão fazer sua parte na ajuda ao outro. E também cria o Conselho da Comunidade Solidária com a participação de artistas de grande popularidade e personalidades individuais. Esse conselho atuava paralelo ao CNAS e em discordância com a LOAS, por não ter a participação das Entidades de Assistência Social da Sociedade civil.

Todavia, em 2002, Luis Inácio Lula da Silva, é eleito, e a partir deste ocorre o fim da Comunidade Solidária e a criação do Programa Fome Zero. E junto a este programa, toda uma organização da Política de Assistência Social, e mudanças em sua direção. Não mais primeiras damas a frente dessa política, e sim profissionais capacitados para tal. Durante o governo de Lula e Dilma Rousseff, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), manteve a mesma estrutura organizacional.

Assim hoje a PNAS é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), onde funciona a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), responsável pela gestão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e garante a execução do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e implementa programas, benefícios e serviços da rede de proteção social. Dentro dessa estrutura estão presentes as instâncias de deliberação e controle social, ou seja, o conselho nacional, municipal e estadual.

Compreender a história da causa da Assistência Social é relevante para entender como funciona esse espaço político hoje. A partir desse contexto, fica possível apontar quais profissionais estiveram à frente dessa causa em sua gênese e assim verificar, se os profissionais a frente dessa causa, ainda são os mesmos, quais tem se legitimado no espaço do conselho? E se a especialização, o conhecimento acadêmico e militante desses profissionais tem sido importante para a participação no conselho? E quais saberes foram agregados ao conhecimento acadêmico? Essas são questões que se pretende responder em acordo com a sociologia das profissões.

1.1 - Legitimação profissional e mobilização de saberes no Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju

Os conselhos inseridos na constituição de 1988, e efetivados a partir da lei orgânica de cada política, foram criados enquanto espaços de participação da sociedade civil e do governo, a fim de atuar nas decisões de cada política, programa. São instâncias consultivas, de deliberação e controle social, na qual atores ali inseridos têm o papel de fiscalizar a política, fazendo com que se cumpra o proposto em sua legislação, e também propondo melhorias, e deliberando acerca da efetivação desta.

Constitui-se assim em uma arena de conflitos, cuja sociedade civil tem o poder de decisão, mas por outro lado encontra-se dependente do governo. É e nesse espaço de decisões, que se inserem profissionais de várias áreas, em defesa da causa da Assistência Social, que apesar de ter o status de política pública não deixa de ser uma causa, pois existem pessoas da sociedade civil a frente desta, por interesses diversos. Dessa forma, quem são os profissionais inseridos nessa causa? Quais se legitimam? Quais saberes são mobilizados no espaço do conselho?

Para responder tais perguntas, primeiro sinalizar-se-á o contexto de criação do Conselho Municipal de Aracaju-Se, que consiste no objeto de pesquisa, para depois adentrar no objetivo relacionado aos profissionais ali inseridos, e a participação neste espaço. Assim como os demais conselhos municipais de assistência social, criados a partir da década de 1990, principalmente em virtude de questões legais referentes ao financiamento das políticas. (AVRITZER, 2007).

Portanto o CMAS de Aracaju, também foi criado nessa década, devido a uma exigência do governo federal de somente repassar verbas para a política, mediante abertura do conselho. Esse modelo de abertura do conselho retoma ao texto de Ion (2003), o qual demonstra que as associações, o que se convencionou chamar de sociedade civil, são ligadas ao Estado, é a vida pública associada com a política. “Assim, a constituição do conhecimento especializado de toda a associação não pode ser analisada sem considerar a lenta emergência de novos campos de poder de ação pública (...)”. (ION, 2003, p.21).

Isto posto constata-se então a existência de entidades ligadas à assistência quando do fim da LBA em 1995, uma vez que as instituições inseridas no Conselho Municipal de

Aracaju, em sua abertura foram criadas entre a década de 1950 e 1980. Essas instituições já recebiam benefícios do governo, e, portanto era urgente que se começasse a organizar os mecanismos que garantissem a participação das entidades, a fim de manter o acesso a recursos.

Então a partir da legislação nacional, durante a gestão do prefeito José Almeida Lima fundou-se o CMAS de Aracaju, em 14/05/1996, a partir da Lei Municipal nº2377. Tendo em seu estatuto a garantia de ser um órgão autônomo, pois sua legislação define sua representação e seus parâmetros de funcionamento. O Art.1º da referida lei, destaca que O CMAS é “um órgão consultivo, deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal”. O CMAS é paritário e prevê participação de agentes governamentais e não governamentais. Correlato ao Conselho é inserido o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) com a Lei nº2378. Esse fundo é administrado por um órgão público, sob orientação e controle do CMAS, ficando responsável por gerenciar todos os recursos da política de Assistência Social do Município. Apesar do Conselho e do Fundo Municipal de Assistência Social, ter sido sancionados em 1996, a instalação e implementação do Conselho acontece no dia 29/08/1997, com a posse dos conselheiros, de forma paritária, representantes do governo e da sociedade civil, os primeiros foram indicados pelo prefeito e os segundos, escolhidos pelas Entidades a que representavam.

Entre titulares e suplentes, os conselheiros somavam um total de 44, com 22 conselheiros para cada representação. No momento de posse a Lei de Criação do conselho foi alterada em 25/04/1997, alterando-se a Administração do FMAS, que antes era da Fundação Municipal do Trabalho (FUNDAT), para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS). Foi uma ocasião marcante na política sergipana, e através das falas dos atores presentes pode se perceber isso.

Ressalto a importância da criação do CMAS e os avanços conquistados a partir de 1988 com o advento da Constituição Federal que reconhece a Assistência Social como uma política pública no campo da Seguridade Social, (...) e a importância do conselho na construção da cidadania e sistematização do atendimento para a implantação e consolidação da LOAS. Conclamo a todos a unirem-se nessa caminhada: Teorizar é preciso, mas agir é Fundamental (Maria Conceição Almeida –Assistente Social- Conselheira Governamental da UFS-Fonte: Ata de Instalação do Conselho em 29/08/1997).

A importância da Instalação do CMAS, embora tardia, mas de grande valor. É relevante a valorização do trabalho que vem sendo desenvolvido na Secretaria Municipal de Ação Social, assim como o desempenho dos técnicos envolvidos com a causa da Assistência Social. Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para a implantação do Conselho. (Evandro de Sena-Médico-Secretário Municipal de Ação Social-Fonte: Ata de Instalação do Conselho em 29/08/1997)

Parabenizo o secretário de Ação Social Dr. Evandro de Sena e Silva, ao tempo em que coloca a necessidade de trabalharmos para diminuir as desigualdades Sociais. (João Augusto Gama da Silva - Prefeito de Aracaju - Fonte: Ata de Instalação do Conselho em 29/08/1997)

O momento de instalação e implementação do CMAS contou com a participação daqueles que já estavam à frente do âmbito da assistência em Aracaju nas diversas áreas e com a representação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), através do Curso de Serviço Social, e dos representantes dos trabalhadores de Serviço Social, a partir do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Na história da causa da Assistência, os profissionais de Serviço Social, estavam diretamente ligados a essa, e no momento da implementação do conselho isso não foi diferente, pelo envolvimento dos órgãos ligados a profissão e ainda mais pelo que consta na primeira ata de reunião ordinária do conselho, da escolha do Presidente e vice-presidente do conselho.

(...) Informo ainda que a Secretaria Municipal de Ação Social que posteriormente indicará uma pessoa. Nesse momento a conselheira Iara Viana de Assis pede a palavra e coloca que neste primeiro momento acha que a presidência deveria caber a uma Assistente Social, que já conhece a lei. A conselheira Rosária de Souza Rabelo diz que deveria ficar com o CRESS por ser o órgão que já trabalha a questão da Assistência há mais tempo. A conselheira Marluce Rocha Falcão se pronuncia dizendo que gostaria de esclarecer a Dr^a. Iara Viana de Assis que necessariamente não precisa ser uma Assistente Social, porque a Assistência Social é uma política pública. Assim como também não concorda que seja o CRESS, porque torna-se corporativista, não sendo a Assistente Social o detentor do poder. Temos ONGs que podem comandar esse processo (...). Nesse momento a conselheira Rosária pede a palavra: (...) o trabalho só pode deslanchar se começar por quem conhece teoricamente, visto que a prática só ocorre se houver o embasamento teórico. A conselheira Joselita Santos Carvalho usa da palavra e se pronuncia contrária a indicação do CRESS. Em seguida o conselheiro Evandro Sena e Silva fazendo uso da palavra diz que tem dois encaminhamentos: um que seja uma Assistente Social e outro que todos os conselheiros sejam candidatos, se ninguém tem outro encaminhamento coloca-se em votação (...). Coloca-se em votação (...) o conselho aprova que o presidente deverá ser uma Assistente Social com uma votação de oito votos a favor e três contra (...). (Fonte: Extrato da primeira ata de reunião ordinária do CMAS em 1997)

Diante do exposto, constata-se que o profissional de Serviço Social, tem na política de Assistência Social, na esfera do conselho, um espaço de legitimação profissional. Pois o que se percebe, são alguns profissionais discordando em relação à ocupação de um cargo de liderança, ou seja, o de assumir a presidência. Mas por outro lado, esse profissional ocupa o seu lugar com o uso do saber acadêmico, do espaço adquirido como seu, devido ao imbricamento com a causa da Assistência Social, desde sua origem. Percebe-se aqui o título universitário funcionando como uma garantia de imparcialidade. (SIMÉANT, 2002).

Conforme acontece no texto de Méon (2002), que diz acerca da legitimidade psiquiátrica ser um recurso para o discurso moral sobre as histórias em quadrinhos não serem positivas, ao mesmo tempo, a campanha representa um recurso na luta pela definição legítima

da psiquiatria, acontece o mesmo com o Assistente Social no conselho que usa de sua legitimidade para conseguir a vaga de presidência e em contrapartida essa vaga o legitima profissionalmente, em um universo que entende ser o maior detentor do saber sobre essa política.

Todavia os Assistentes Sociais não são os únicos profissionais inseridos no Conselho, apesar de serem colocados como os principais profissionais na legislação, e na Política de Assistência Social, há outros profissionais, conforme consta na Norma Operacional Básica, do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH-SUAS, e resolução nº 17 de 20 de junho de 2011, compõem obrigatoriamente as equipes de referência: Assistente Social, Psicólogo e Advogado. Para atender as especificidades sócio-assistenciais e assessorar a equipe de referência: Antropólogo, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional e Musicoterapeuta. Em relação a gestão do SUAS conta com os seguintes profissionais conforme ordem: Assistente Social, Psicólogo, Advogado, Administrador, Antropólogo, Economista, Economista Doméstico, Pedagogo, Sociólogo, Terapeuta Ocupacional. Todos esses profissionais precisam ter diploma de Curso de Graduação emitido pelo Ministério da Educação (MEC) e registro no respectivo conselho profissional, quando houver.

Nesse sentido, esses profissionais constam na legislação da Política Nacional de Assistência Social, garantindo de certa forma um certo status no espaço do Conselho. Dessa forma, depois de verificar o contexto de formação do conselho e sinalizar quem são os profissionais a frente dessa política, cabe adentrar no cotidiano do conselho no período de realização da pesquisa, ou seja, a gestão de julho de 2010 a julho de 2012, e verificar como ocorre o cotidiano do conselho, a participação dos profissionais, quem são eles? como atuam? como este está organizado o conselho nessa etapa?

Infere-se assim o CMAS como um espaço pluralista e autônomo da relação entre sociedade civil e Estado. Assim, pressente-se a correlação de forças entre os atores, haja vista que a “ideia de democracia deliberativa [...] está relacionada com a disputa entre diferentes interesses e projetos políticos, através de um conjunto de regras e procedimentos burocráticos...” [...] (CUNHA, 2007, p.138). Nessa esfera de tantos interesses, sobressai aquele que acaba por ser detentor de mais conhecimento sobre a política, que sabe entrar nos assuntos, acionando seus múltiplos saberes, sendo um especialista acerca da referida política, dominando as discussões públicas.

A noção de especialista nesse sentido constitui-se em uma construção do conhecimento ajustado para ser útil. Isto implica em uma relação com o mundo e

sua relação com o conhecimento, em suma, uma cultura. Mas também é uma questão de boas ligações de um ponto estrutural entre as características dessa cultura e possibilidades formais de alcançar o conhecimento prático (CHAUVIÈRE, 2003, P.30)

Voltando para o mandato do colegiado observado, este se iniciou com a representação governamental da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SEMASC), e com vice-presidência não governamental da Legião da Boa Vontade (LBV), ambos graduados em Serviço Social. Com a saída do vice-presidente, passou-se a vice-presidência para o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Esse exercício da presidência provoca certa assimetria deliberativa a favor do segmento que a detém (CUNHA, 2007). O desinteresse dos conselheiros não governamentais pela presidência do CMAS demonstra que, apesar de participarem, não assumiram plenamente suas responsabilidades, uma vez que há várias nuances para o processo de participação, não configurando somente assumir cargos de direção.

No que consiste a estrutura do Conselho, este se divide em³: I - Plenário, II - Presidência, III - Comissões Temáticas (Política de Assistência Social, Normas da Assistência Social; Financiamento e Orçamento da Assistência Social), IV - Grupos de Trabalho e V - Secretaria Executiva. As reuniões ordinárias são mensais e há possibilidade de reuniões extraordinárias quando necessário. As comissões temáticas se reúnem com a mesma frequência em dias alternados. As Conferências Municipais da Assistência Social também compreendem espaços importantes de participação e deliberação. No que já ocorreram oito Conferências Municipais de Assistência Social, sendo a desse mandato, com o seguinte tema: "Os avanços na Consolidação do SUAS com a valorização dos Trabalhadores e a Qualificação da Gestão dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios".

Deve-se ressaltar antes de adentrar no perfil dos conselheiros, quem pode ser conselheiro da Assistência Social. Portanto o conselheiro pode ser qualquer pessoa idônea, inserida na política de Assistência Social, nessa causa, sendo representante do âmbito governamental ou de Entidades da Sociedade Civil. E para isso independe de formação acadêmica ou profissional, no que difere dos trabalhadores da linha de frente do SUAS, que precisam tanto de conhecimento profissional, como acadêmico específico. No que o segmento da sociedade civil é assim representado no mandato pesquisado: a) dois conselheiros de instituições de atendimento a crianças e adolescentes; b) dois da classe dos profissionais do serviço Social; c) dois de entidades ou associações comunitárias; d) dois de sindicatos e entidades patronais da área de assistência social; e) dois de sindicatos e entidades

³ A partir da Lei de 2011, à qual o colegiado se adequou através de resoluções.

de trabalhadores; f) dois de associações de portadores de deficiência; g) um de associações de idosos; h) um das entidades religiosas.

Compreendendo a estrutura do conselho, faz-se necessário examinar o perfil dos conselheiros presentes no CMAS. No tocante a se esses profissionais têm formação acadêmica, escolaridade e engajamento em espaços associativos, e também sinalizar a inserção nessa esfera de participação. Compreendendo que para ser conselheiro não requer formação, nem escolaridade. Contudo, o conselho enquanto um espaço de mobilização de saberes e legitimação profissional, tem se apresentado diferente, e seus conselheiros possuem formação profissional e escolaridade. Assim, para entender os saberes acionados, é preciso entender o perfil destes.

Primeiro destaca-se que a entrada dos atores no conselho, é orientada, por várias questões, dentre estas a mais comum, é o fato de já estar engajado na causa da Assistência Social, via formação profissional, ou por fazer parte de espaços associativos, destinados a causas sociais de cunho assistencial. No que consiste ao engajamento na causa da assistência, prevalecem os fatores de formação, religiosos são bem presentes, as rupturas biográficas, no qual a vivência de doença ou de falecimento de um parente despertou o interesse para o meio social, e ademais o associativo, e apresenta-se um relato em virtude de relacionamentos afetivos, como é o caso de uma Assistente Social, casada com uma profissional de direito engajado na causa dos Direitos Humanos. Enfim todos os profissionais apresentam vivência em diferentes espaços de socialização, para depois adentrar na esfera do conselho. Sendo assim em relação à formação e a escolaridade, temos uma diversidade nesse sentido.

Os conselheiros das Entidades possuem um bom nível de escolaridade: 38,9% apresentam nível superior completo (bacharelado ou licenciatura) e 33,5% especialização *lato sensu* completa e, aproximadamente, 5,5% com especialização *strictu sensu* incompleta e completa. Em relação à formação, 55,6% são do curso de Serviço Social, e os demais com um representante por área com formação em Administração, Direito, Educação, História, Biologia, Pedagogia, Psicologia, e Técnico em Edificações, o que demonstra a legitimidade, ainda hoje, desse profissional nesse espaço.

Além da escolaridade, formação, engajamento, política, outros fatores em relação ao perfil dos conselheiros também devem ser considerados, como o caso da religião, pois se sabe que, nos primórdios da Assistência Social, havia um vínculo com os religiosos ligados ao catolicismo, tanto que consta, na Legislação do Conselho, a representação de Entidades religiosas, tendo mudado essa realidade somente na nova legislação de 2011. Assim 64,28%

das conselheiras professam a religião católica, 21,42% são Evangélicas, 7,15% se denominam espíritas kardecistas e 7,15%, sem religião definida. Dessa forma observa-se a prevalência ainda do catolicismo frente aqueles envolvidos com o âmbito do social e da assistência. O que pode analisar a partir do conselho e do perfil de seus conselheiros, é o conselho enquanto um espaço no qual se inserem profissionais dotados de saber associativo e técnico, adquiridos a partir da vinculação em vários mundos, com 92,85% participantes de outros espaços. O conselho possibilita o aprendizado de muitos dos conselheiros, pois ao adentrarem nesse espaço, passam a ter outro olhar em relação à causa da Assistência Social, e passam, a buscar mais conhecimento especializado para melhor participar das atividades do conselho. Agregam mais conhecimento além daquele que já trazem de sua vivência em diferentes espaços de socialização. (LOCHARD e CUSSET, 2003). Conforme relato de alguns conselheiros em entrevistas, é possível verificar tanto a importância do conselho na produção do conhecimento, do saber fazer, tanto quanto o status que alguns profissionais inferem de sua formação, garantindo credibilidade e competência. (EPSTEIN, 1996).

Vejo assim um trabalho para fiscalizar, direcionando as verbas que seguem para a assistência [...]. Fiz uma capacitação no conselho, um curso de finanças. O conselho para mim, foi um despertar, ver para onde está indo as verbas, ajudou muito [...]. Às vezes conseguimos participar das reuniões, às vezes a gente tenta falar [...]. Está participando, mas não tem esse valor todo. [...] Para mim, a participação, eu achei muito pesada, eu achava muito assunto. Até a assistente social daqui, diz a mesma coisa [...] E para mim [...], eu sai, depois de 2 anos, porque a Assistência é muito pesado, o assunto, tem que estar bem engajado, eu dizia meu Deus. A Entidade proporcionou um curso de Informática e isso até ajudou, comecei a entrosar mais. De toda forma é muito pesado, muito difícil [...]. (Conselheira representante de Entidade de Proteção a Domésticas- 2º Grau Completo).

Acho muito importante a participação nos conselhos, para mim foi uma escola, onde aprendi tudo da política de assistência social, tive dois anos de mandato, e dois anos depois pleiteei a vaga e consegui, estou no segundo mandato, vou ter que sair, mas para continuar nessa escola, pleiteei a vaga no conselho da criança e do adolescente e também vamos pleitear no conselho das pessoas com deficiência. Foi a partir do conselho de Assistência Social que fiz minha segunda pós-graduação também, em Política de Assistência sob a Perspectiva da Consolidação de Direitos pela Universidade Tiradentes (Conselheira representante de Entidade de Crianças e Adolescentes – Graduada em Educação Física).

O conselho foi uma larga experiência [...]. A capacitação aos conselhos, tinha na legislação, mas efetivamente de forma bem simplória para os conselheiros, um evento pontuado, um aqui, outro acolá. Agora nessa última gestão, muito pouco, mas esse muito pouco é o que foi oferecido. A experiência impar no conselho, talvez tenha sido mais fácil, porque eu imaginava que seria tão difícil, em razão de que, no conselho a gente faz apreciações de leis e isso em razão da minha profissão não me estremecia. É lógico que eu me dediquei mais, me debrucei mais no altar da Assistência Social, do qual era ainda uma matéria que eu não tinha com exclusividade, com dedicação, só leituras, mas assim para chegar ao conselho realmente. O que é interessante são essas vivências [...] Na experiência do conselho, eu vi que todas as Entidades padecem de questões semelhantes [...] Há autonomia por parte da Instituição que represento na participação do conselho, mas por parte

das outras não, lamentavelmente [...]. (Conselheira representante de Entidade de Oncologia - Graduada em Direito).

[...] O conselho é um instrumento muito importante de participação, porém ainda a cultura da sociedade não é de participação, não há estímulo para a mobilização social, para a educação popular, para o entendimento desse espaço. Então muitos conselheiros acabam indo participar dos conselhos, por força da obrigação da lei. Não consegue entender, as entidades, a importância desse espaço, enquanto controle social. Por isso que nas reuniões, se ouve muitas falas assim: eu sou técnica, eu não sou política, e não compreende que é um espaço político, não é um espaço técnico, um espaço técnico é o atendimento dentro de uma entidade [...]. Tem capacitações, muito técnicas, são importantes, o conselho da assistência mostrando a importância do SUAS, da política de Assistência [...] a desmistificação do assistencialismo para a política de assistência. Tem capacitação, mas é muito pouco [...]. Infelizmente a dependência financeira faz perder a autonomia e compromete o controle social [...]. Pode receber recurso e ter autonomia, mas tem que ter a concepção de eu recebo, mas o recurso é público não tem nenhuma amarra [...] O conselho contribui muito, pois você tem a oportunidade de lidar com uma correlação de forças, está lá sociedade civil e poder público discutindo uma política maior que nos une a todos. Então tem tudo a ver com o trabalho que eu realizo na Instituição [...]. (Conselheira representante de Entidade de criança e adolescente-Graduada em Serviço Social)

A partir desses trechos de entrevistas é possível analisar várias questões, primeiro o Conselho é um espaço de conhecimento, do aprender a fazer, configura-se enquanto uma instância de legitimação profissional e de especialistas dentro dessa esfera. As duas primeiras entrevistadas demonstram-se na construção do saber, aprendendo a partir da inserção no conselho, até mesmo em relação ao conhecimento acadêmico. Já as duas segundas entrevistadas, demonstram um saber, um conhecimento especializado do qual mobilizam esse saber dentro da esfera do conselho. No que se ratifica que “todas as principais áreas da atividade humana tem seus especialistas cujas opiniões têm autoridade ou pelo menos são invocados para a autoridade que eles dão para as palavras que eles endossam” (LOCHARD e CUSSET, 2003,p.07).

No tocante a reunião esses conselheiros por sua vez, mesmo que não todos, manifestam seu desacordo e hesitam bastante em aprovar ‘para ontem’ decisões no âmbito governamental, deliberaram a favor somente para que não se prejudiquem os serviços da Política e nem o usuário. No que se destaca com a fala de uma conselheira em relação à aprovação de um orçamento: “Aprovamos, para não prejudicar o usuário, mas infelizmente tem algo maior que já prejudica o usuário” (Conselheira representante de Entidade de crianças e adolescente-Assistente Social). Muitas discussões se orientam em razão de como essa política tem sido realizada e em como tem sido a participação governamental e da sociedade civil nas ações políticas. Os conselheiros das Entidades questionam bastante como têm sido as ações dentro do conselho, em relação aos usuários da política, a aprovações orçamentárias, dentre outras, conforme destacado com relato de reuniões e das atas.

[...] Continuando com a palavra à conselheira V. Santos registra suas considerações quanto à aprovação do Plano de Ação 2011 para cofinanciamento do Governo Federal (discussão ocorrida em Reunião Ordinária anterior), expressando que apesar do citado plano ter sido disponibilizado com curto prazo para a SEMASC e o CMAS cumprir as etapas de preenchimento e apreciação respectivamente, o mesmo deveria ter sido discutido de outra forma por este CMAS, ainda que se necessário, em reunião extraordinária e, com presença de profissional da área contábil, para explicá-lo detalhadamente. Adverte a plenária para o fato de que, outra vez um documento vem para a aprovação do Conselho, sem o conhecimento prévio deste e que o colegiado precisa ter clareza da importância e responsabilidade de seu papel. Reafirma que não se sente confortável, apesar de toda confiança que deposita na SEMASC, de estar respaldando quando não está segura do assunto. Colocações que foram ratificadas pela conselheira L. Correia, lembrando a plenária que essa situação já vem sendo discutida há algum tempo. (Extrato de Ata nº 216, de Reunião Ordinária de 03/02/2012-Fala de Assistente Social-representante governamental e Advogada-representante sociedade civil, respectivamente).

Portanto, o Conselho constitui-se assim um espaço de participação política, uma instância de legitimação profissional, cuja presença de conflitos entre os representantes governamentais e da sociedade civil é presente por ser uma esfera na qual se definem os rumos da política de assistência social do município, onde as lutas são travadas na busca do exercício da democracia. Por conseguinte, os conselheiros acabam por ter mais poder de vocalização, do que poder de agenda, ou seja, manifestam-se nas reuniões, mas é o governo que detém maior poder de agenda, pois define a maioria dos temas a serem deliberados (CUNHA, 2007). Mesmo assim, os conselheiros do CMAS fazem propostas e conseguem deliberar sobre elas em alguns momentos.

Assim, após quinze anos do Conselho, verifica-se na contemporaneidade um perfil dos representantes das Entidades da sociedade civil, em busca de conhecimento para melhor atuarem no CMAS. Diferente do contexto histórico que a Assistência Social era uma causa destinada às classes mais ricas e a igreja católica, os atores foram se especializando, e não mais apenas imbuídos da caridade e benesse, mas atores politizados construindo sua participação nesse espaço de política pública e apresentando distintas concepções de participação no CMAS. Alguns sustentam uma concepção profissional, visando melhorar o currículo: “A participação no conselho é importante, é bom para o currículo, amplia o conhecimento”; outros, uma concepção religiosa, no sentido de levar o evangelho para o espaço político: “Somos medianeiras da paz, temos que mediar, “daí tudo aos eleitos”, assim devemos participar dos conselhos”; e, outros uma concepção política, na busca de aprendizado e formação política: “Acho muito importante à participação nos conselhos, para mim foi uma escola, onde aprendi tudo da política de Assistência Social [...]”. (Fala dos conselheiros representantes da Sociedade Civil, extraídas das entrevistas).

Conclusão

O presente artigo centrou-se nas discussões acerca da sociologia das profissões, na compreensão de instâncias de legitimação profissional. Para tanto considerou a construção da causa da Assistência Social, e sua implementação enquanto Política Pública, e a análise do espaço no qual é tomada às decisões sobre essa política pública, ou seja, o Conselho, especificamente o Conselho Municipal de Assistência Social de Aracaju, um espaço de legitimação profissional, e de mobilização de saberes.

Os resultados apontam para que a inserção em vários mundos e espaços de socialização como trabalho, estudo, família e religião foram essenciais ao engajamento nas causas assistenciais. Assim como também a ruptura biográfica em alguns casos. Em relação à participação no CMAS, esse é orientado, basicamente pela formação profissional e pelo engajamento em espaços associativos. É notável a legitimação de uns profissionais em detrimento de outros, nesse caso, o Assistente Social é legitimado no conselho, em virtude de sua história, e em virtude de seu saber acadêmico e por vezes associativo, e ainda mais por ter um status na legislação da Política Nacional de Assistência como o principal profissional à frente desta.

Os saberes mobilizados no conselho consistem em saber científico, com relação ao conhecimento da Política de Assistência Social e do saber acadêmico e associativo militante. Sobressai nesse espaço quem domina essa política, considerando a área de formação. Esse fato é demonstrado pelo nível de instrução dos conselheiros. Então, ter conhecimento acadêmico e associativo militante é um recurso importante nesse espaço.

Concernente às reuniões estas se configuram em espaço de debate em que há interesses em jogo, tanto por parte dos representantes governamentais como daqueles da sociedade civil. Verifica-se, todavia, que apesar da maior participação da sociedade civil, os representantes governamentais, atualmente no cargo de presidência, têm maior poder de agenda. Diante dos dados analisados releva-se o papel da especialização, no sentido da associação de saber acadêmico e militante, em determinados espaços de legitimação profissional, interferindo nas ações, na participação dos conselheiros. Então, o espaço que compreende o CMAS de Aracaju é demarcado por muitas nuances das quais apresentamos apenas uma. Ratifica-se, pois, que ainda há muito objeto de pesquisa em torno do assunto.

Referências

AVRITZER. Sociedade civil e Participação no Brasil Democrático. In: MELO, C.R; SAEZ,A.S.**A Democracia Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)**, Rio de Janeiro, n. 35, p.3-30, 2º. semestre de 1993.

BECKER, H. Prefácio. In: DEMAZIÈRE, D. & GADÉA, C. **Sociologia des Groupes Professionnels**. La Découverte, Paris, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CHAPOULIE, Jean-Michel (1973). Sur l analyse sociologique des groupes professionnels. **Revue Française de Sociologie**, vol. XIV.

_____. **La conception de la sociologie empirique** D’everett Hughes. Sociétés Contemporaines (1997) n° 27.

CHAUVIÈRE, M. Savoirs associatifs dans la familisation Du social: lès mouvements familiaux. In: LOCHARD, I & SIMONET-CUSSET, M. **L’expert associatifle savant e le politique**. Syllepse, Paris, 2003

CUNHA. E. A efetividade deliberativa dos Conselhos Municipais de Saúde e de Criança e Adolescente no Nordeste. In: AVRITZER (org). **A participação Social no Nordeste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.p 135-161.

DEMAZIÈRE, D. & GADÉA, C. **Introdução. Sociologia des Groupes Professionnels**. La Découverte, Paris, 2009.

EPSTEIN, S. Introduction. Controversy, credibility, and the public character of AIDS research. In: EPSTEIN, S. **Impure Science**. University California Press, 1996

FREIDSON, E. La Teoria de Las Profesiones. Estado Del Arte. **Perfiles Educativos**. Universidad Nacional Autónoma de México, vol. 23, n. 093, 2001.

_____. Une Conférence d’Eliot Freidson. **Colloque Franco-Américan sur Thème “L’École de Chicago”**, Université de Saint-Quentin-en-Yvelines, 3 et 4 avril 1998.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **“Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”**. 15 ed. - São Paulo, Cortez; CELATS, 2003.

IANNI, O. **A Questão Social**. São Paulo em Perspectiva. Janeiro/Março,1991.

ION, J. Modes d’engagement ET savoirs associatifs: petit coup d’oil dans le retroviseur. In: In: LOCHARD, I & SIMONET-CUSSET, M. **L’expert associatifle savant e le politique**. Syllepse, Paris, 2003

LOCHARD, I. & SIMONET-CUSSET, M. L'expertise associative comme question sociologique. In: LOCHARD, I & SIMONET-CUSSET, M. **L'expert associatifle savant e le politique**. Syllepse, Paris, 2003

MÉON, J. M. Logiques e couts d'un investissement militant. La croisade de Fredric Wertham contre lês *comic books*: la mise em scène d'une psychiatrie sociale ET engagée. In: HAMMAN, P. ET all. **Disccours Savants, discours militants: mélange des genres**. L'harmattan, Paris, 2002.

MESTRINER, L.M. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. 4 ed. São Paulo, Cortez, 2011.

NETTO, J.P. **“Capitalismo monopolista e Serviço Social”**. São Paulo. 10ª ed. Cortez, 2007.

RAICHELIS.R. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social** : caminhos da construção democrática.6.ed.São Paulo, Cortez,2011.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça** – A Política Social na Ordem Brasileira. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SIMEÁNT, J. Friches, Hybrides ET contrebandes: sur la circulation et la puissance militantes de discours savants. In: HAMMAN, P. ET all. **Disccours Savants, discours militants: mélange des genres**. L'harmattan, Paris, 2002.

_____. Entrer, rester en humanitaire: des fondateurs de MSF aux membres actuels des ONG médicales françaises, **Revue française de science politique**, 2001.

SUPLICY, E; NETO, B. Políticas Sociais: o Programa Comunidade Solidária e o Programa de Garantia de Renda Mínima. **Planejamento e Políticas Públicas**. Nº12, Jun./Dez de 1995.p 39-61.

WILLEMEZ, L. Engagement professionnel et fidélités militantes. Les avocats travaillistes dans la défense judiciaire des salariés. Politix. **Revue des sciences sociales du politique**, Année 2003, Volume 16, Numéro 62.